



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANGELINA SUELEN FARIAS OLIVEIRA

AS TRABALHADORAS DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE - PLANTAÇÕES FORD
DE BELTERRA (1949)

SANTARÉM-PA
2025



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



ANGELINA SUELEN FARIAS OLIVEIRA

**AS TRABALHADORAS DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE - PLANTAÇÕES FORD
DE BELTERRA (1949)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como componente curricular obrigatório para a obtenção do grau de licenciada em História.

Orientadora: Isabel Tereza Creão Augusto.

**SANTARÉM-PA
2025**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

O48t

Oliveira, Angelina Suelen Farias

As trabalhadoras do Instituto Agrônomo do Norte – Plantações Ford de Bel-terra (1949) ./

Angelina Suelen Farias Oliveira. – Santarém, 2025.

28 p.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Isabel Teresa Creão Augusto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em História.

1. Mulher. 2. Trabalho. 3. Seringais. I. Augusto, Isabel Teresa Creão, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 338.8115



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



ATA Nº 127/2025 - ICED (11.01.07)

Nº do Protocolo: 23204.009535/2025-11

Santarém-PA, 10 de julho de 2025.

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de julho do dois mil e vinte e cinco, no Laboratório de História do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por **Angelina Suelen Farias Oliveira**, matrícula 201400670, intitulado **AS TRABALHADORAS DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE - PLANTAÇÕES FORD DE BELTERRA (1949)**, sob orientação da Profa. Dra. Isabel Teresa Creão Augusto, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A banca examinadora foi composta pela docente orientadora citada e pela professora Dra. Vanice Siqueira de Melo. Após a defesa e análise do TCC, considerando a qualidade deste trabalho, a banca deferiu pela (X) aprovação / () reprovação do TCC, atribuindo ao mesmo a nota 8.5 (oito e meio) Fica acordado que a referida nota está condicionada à entrega da versão final do trabalho, no prazo máximo de 15 dias a partir desta data, e o mesmo deverá contemplar as observações da banca examinadora. Proclamados os resultados pela presidente da banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu Isabel Teresa Creão Augusto, lavrei a presente ata, que será assinada pelo autor e membros da banca examinadora.

(Assinado digitalmente em 10/07/2025 18:43)

ISABEL TERESA CREA AUGUSTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.01.07)
Matrícula: ###831#8

(Assinado digitalmente em 10/07/2025 18:56)

VANICE SIQUEIRA DE MELO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.01.07)
Matrícula: ###870#8

(Assinado digitalmente em 21/07/2025 14:04)

ANGELINA SUELEN FARIAS OLIVEIRA
DISCENTE
Matrícula: 2014####0

Visualize o documento original em

<https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp>

informando seu número: 127, ano: 2025, tipo: ATA, data

de emissão: 10/07/2025 e o código de verificação:

d5274d74

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre está comigo e por me proporcionar a vida, a força e a coragem para seguir os caminhos traçados para mim.

As minhas filhas Ana Clara e Eloá Lúcia seres humanos iluminadas e fonte inesgotável de todo meu amor.

A minha família, e especial minha mãe Maria Suzete que me apoiou diariamente para que eu pudesse concluir a graduação e que sempre deu-me forças e incentivos para continuar.

À minha orientadora, a professora Dra. Isabel Tereza Creão Augusto, pela orientação competente, pela dedicação e alegria que sempre nos entusiasma, pelo constante incentivo e por sempre acreditar em mim.

À minha irmã Alda (in memória) que estaria muito feliz por mim e com certeza estaria comemorando mais esse passo importante na minha vida.

Aos meus colegas de turma de história, especialmente à Camila, Michele, Josivan, Silvana e Mônia pela amizade, parceria e apoio nos momentos de angústia e dificuldade e nos momentos de conquistas e alegrias.

Aos meus queridos Mestres do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A todos que ajudaram me indiretamente, com uma palavra amiga, com uma escuta, com um abraço de força, com a torcida e com um gesto de carinho e amizade. Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho apresenta o perfil das trabalhadoras do Instituto Agronômico de Norte – Plantações Ford de Belterra, em 1949, assim como os trabalhos desenvolvidos por elas. As informações para construção desta análise foram retiradas das comunicações de acidentes do ano de 1949, produzidas pelo Instituto Agronômico de Norte, então responsável por gerir as Plantações Ford de Belterra depois que Henry Ford repassou o empreendimento ao governo Brasileiro. Para construção da narrativa do contexto nos valem de revisão bibliográfica, na qual levamos em consideração a formação do projeto da Companhia Ford em Belterra, a relação trabalhista entre a empresa e seus contratados, a administração do projeto após o repasse para o governo brasileiro, e buscamos informações sobre o trabalho de mulheres que trabalharam em seringais da Amazônia no período em que nossas analisadas estão inseridas. Verificamos que ainda é pouca a bibliografia que se dedicou a pesquisar o cotidiano dessas trabalhadoras, sendo ainda muito destacado o trabalho masculino nesse espaço. Consideramos ao final da pesquisa que o trabalho dessas mulheres foi de suma importância ao desenvolvimento do projeto em Belterra, pois estavam inseridas nas diferentes funções primordiais para o alcance dos objetivos nesse lugar.

Palavras-chave: Mulher; Trabalho; Seringais; Belterra.

ABSTRACT

This paper presents the profile of the female workers at the Instituto Agronômico de Norte – Plantações Ford de Belterra in 1949, as well as the work they carried out. The information for this analysis was taken from accident reports from 1949, produced by the Instituto Agronômico de Norte, then responsible for managing the Plantações Ford de Belterra after Henry Ford transferred the enterprise to the Brazilian government. To construct the contextual narrative, we used a literature review, considering the development of the Ford Company project in Belterra, the labor relationship between the company and its contractors, the project's management after its transfer to the Brazilian government, and sought information on the work of women who worked on rubber plantations in the Amazon during the period in which our subjects are analyzed. We found that little literature has dedicated itself to researching the daily lives of these workers, with the emphasis still being placed on male labor in this space. At the end of the research, we considered that the work of these women was of utmost importance to the development of the project in Belterra, as they were involved in different functions that were essential to achieving the objectives in that place.

Keywords: Woman; Work; Rubber Plantations; Belterra

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2 – A EXPERIÊNCIA DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL NA AMAZÔNIA.	12
2.1 A empresa Ford Motor Company e a aquisição de terras na Amazônia.	12
2.2 Plantações em Belterra: A mudança de planos da Companhia Ford no Brasil	14
2.3 O sistema de produção fordista na Amazônia e a falta de mão de obra nas plantações de Belterra	17
3 – AS TRABALHADORAS DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE - PLANTAÇÕES FORD DE BELTERRA	20
3.1 As Plantações de Belterra sob direção do governo brasileiro	20
3.2 As trabalhadoras das Plantações Ford de Belterra, nas comunicações de acidente de 1949 do Instituto Agrônomo do Norte	23
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

A presença das Mulheres nos seringais da Amazônia, nos anos de intensa extração do látex, foi constante. No entanto, a importância do papel que elas desempenharam neste contexto ainda é pouco reconhecido. O que vemos na historiografia, sobre os trabalhadores nos seringais da Amazônia, é a enfática presença masculina e sua importância na extração do látex na região. Agda Lima Brito (2022), esclarece que a historiografia construiu o ambiente de trabalho amazônico com foco nas atividades masculinas, em especial no contexto dos seringais. Enquanto as mulheres, nos escritos historiográficos, foram relegadas a papéis subalternos e restritas ao trabalho doméstico, o que contribuiu para invisibilizar sua participação na transformação social e econômica da região.

A autora argumenta que a falta de informações nas fontes dificulta a produção de materiais que apresentem a participação dessas trabalhadoras nesse contexto, por isso, dificilmente encontramos trabalhos que destacam a figura feminina como pertencente a este ambiente, principalmente como sujeito ativo do trabalho nas plantações de seringueiras.

Dessa forma, a realidade que se coloca é a invisibilidade da presença de mulheres nessas plantações. Por isso, existe uma parte na história que precisa ser contextualizada. A partir disso, este trabalho se propõe apresentar as mulheres trabalhadoras dos seringais amazônicos, especificamente da cidade empresa de Belterra no Pará, em meados de da década de 1940.

O interesse da pesquisa surgiu pelo fato de observar, que mesmo a presença e importância das mulheres dentro dos seringais serem suprimidas pelas pesquisas, há registros que mostram que o trabalho feminino nesses lugares era frequente e, que muitas mulheres desenvolviam as mesmas funções desempenhadas pelos homens. Sobre isso, Brito (2022) esclarece que

As mulheres que trabalharam nos seringais nos revelam um universo de luta, resistência e sobrevivência em meio às matas, na década de 1940, revelando um mundo de trabalho de agricultoras, seringueiras, pescadoras, defumadoras de látex, comerciantes, parteiras, da fabricação de farinha, coletoras de castanha, além disso, mães, porque cuidavam das crianças, dos afazeres da casa, da coleta de frutas, das pequenas caças, enfim estavam envolvidas em diversos modos de trabalho. (Brito, 2022, p. 22)

Nossa pesquisa buscou entender qual era o perfil dessas trabalhadoras e quais trabalhos desenvolviam. Para isso, utilizamos as comunicações de acidentes de trabalho, expedidos pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN), responsável pela gerência das Plantações Ford de Belterra, as quais as mulheres analisadas estavam vinculadas.

Tivemos acesso a cinco documentos, sendo eles comunicados de acidentes de trabalho do Instituto Agronômico do Norte – Plantações Ford de Belterra. Esses comunicados estão divididos em: 1 (um) que relata o acidente ocorrido com um trabalhador do sexo masculino em 28 de dezembro de 1948, e os outros quatro são do ano de 1949, que comunicam acidentes com funcionárias da instituição informada.

Essas fontes trazem informações importantes para entender o contexto trabalhista da época, onde podemos verificar que os trabalhadores estavam amparados pelas leis decretadas durante o governo de Getúlio Vargas. Além disso, obtivemos informações sobre faixa etária, funções desempenhadas e remuneração das trabalhadoras.

Além da análise das fontes, a construção deste trabalho foi feita a partir de revisão bibliográfica, que buscou analisar o contexto em que esses documentos foram produzidos. Assim, para melhor entendimento do período e do lugar analisado, buscamos por trabalhos que abordavam a formação de Belterra e que descreviam a dinâmica dos trabalhadores dos seringais na Amazônia, em especial o trabalho de mulheres nestes lugares.

Entre os trabalhos relevantes, que nos serviram de referências no entendimento dos pontos analisados na revisão bibliográfica, destacamos os escritos de José Carlos Matos Pereira, que se destaca por sua extensa pesquisa sobre o contexto da formação das Plantações de Belterra. Além do autor apresentar informações das estratégias usadas pela empresa Companhia Ford Industrial do Brasil para captação de trabalhadores, ele descreve as relações de trabalho construídas entre a empresa e seus contratados. Também pontuamos os trabalhos de Agda Lima Brito, importante pesquisadora sobre o trabalho feminino nos seringais da Amazônia, que através da pesquisa com fontes orais, conseguiu dá visibilidade para essas trabalhadoras, descrevendo o contexto que se inseriam, as estratégias de resistência, e a importância que tinham no trabalho com extração do látex.

A partir das pesquisas, foi esclarecido que no período de construção das fontes que analisamos, as plantações de Belterra não fazia mais parte dos empreendimentos de Henry Ford, sendo, na época, administradas pelo governo brasileiro, com Instituto Agronômico do Norte (IAN) sob o comando. A partir dessa informação surgiu a necessidade de entender sobre o órgão e as atividades desenvolvidas por ele em Belterra.

Para isso, o trabalho de Dominichi Miranda de Sá e André Felipe Cândido da Silva teve muita importância, pois os autores analisaram as pesquisas científicas feitas pelo Instituto, incluindo as desenvolvidas na região do Baixo Amazonas. Isso nos deu suporte para conhecer o contexto em que o empreendimento iniciado pela Companhia Ford se encontrava, sob a direção governamental brasileira.

Com o aporte teórico em mãos, construímos este trabalho que está dividido em duas partes. A primeira, intitulada “A Experiência da Companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia”, que apresenta o contexto de aquisição, por Henry Ford, das terras que foram implantadas o empreendimento norte americano no interior da Amazônia. Discorremos sobre as motivações e articulações feitas para que a Companhia Ford iniciasse as tão cobiçadas plantações de seringueira.

Em seguida destacamos as mudanças de planos da Companhia Ford no Brasil. Mostramos o início do empreendimento e as mudanças que ocorreram durante o desenvolvimento dos trabalhos na região, fazendo com que optassem por transferir todo o projeto inicial para outra área, a qual viria ser conhecida como Belterra. Buscamos apresentar as dificuldades enfrentadas durante o período em que o projeto estava sendo desenvolvido e motivos que levaram a desistência da Empresa Ford e o repasse para a administração brasileira.

Destacamos ainda, as relações de trabalho impostas pela Companhia Ford Industrial do Brasil aos seus trabalhadores. Relação essa que se baseou em alto controle sobre a vida dos colaboradores, forçando-os a se adaptarem a uma rotina bem diferente a que estavam acostumados. O que gerou uma grande rejeição pelo trabalho nas plantações de seringueiras, ocasionando na dificuldade em conseguir e manter funcionários necessários para o bom andamento do empreendimento.

A segunda parte desse trabalho tem como título “As trabalhadoras do Instituto Agrônomo do Norte - Plantações de Belterra”. Inicialmente, apresentamos o Instituto geográfico da Amazônia e os trabalhos que o órgão desenvolveu após assumir a gestão das plantações de Belterra. Pontuamos que apesar de todo o esforço empreendido para manter ativo e dando resultados positivos, a manutenção do projeto se tornou inviável, sendo desativado na década de 1980.

A partir disso, trazemos a análise das fontes, onde mostramos os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres nas Plantações Ford de Belterra, assim como o valor monetário recebido por esses serviços. Além de fazer uma breve análise das leis trabalhistas que regiam essas funcionárias na época.

Por fim, fazemos nossas considerações finais, pontuando a importância dessas trabalhadoras para o contexto em que estavam inseridas.

2 – A EXPERIÊNCIA DA COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL NA AMAZÔNIA.

2.1 A empresa Ford Motor Company e a aquisição de terras na Amazônia.

Em 1927 O empresário norte americano Henry Ford deu início ao empreendimento na região do Baixo Amazonas, a partir da implantação da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB). A formação dessa empresa foi uma iniciativa da Ford Motor Company para desenvolver plantações de seringueiras na Amazônia, como parte do esforço para garantir uma fonte própria e estável de látex, essencial para a fabricação de pneus e outros produtos. Antonio Marcos Duarte Jr (2015) informa que isso foi motivado pelo incomodo que Henry Ford sentia da grande dependência que sua empresa tinha da produção de borracha britânica, o que o fez “considerar ter a sua própria plantação de seringueiras.” (Duarte Jr, 2015, p.3).

Daniela Denize Freitas (2017) observa que o interesse de Henry Ford em produzir látex na Amazônia, como uma alternativa para escapar do monopólio britânico sobre a borracha, surgiu após recomendação de Ernest Liebold, que foi encarregado por Ford para pesquisar a melhor região para o cultivo. Em seu trabalho intitulado “Fordlândia: o empreendedorismo inovador da Ford Motor Company na Amazônia brasileira”, Daniela Denize Freitas (2017) descreve a estratégia da Ford Motor Company ao buscar uma área adequada para estabelecer suas plantações de seringueiras na Amazônia. Segundo a autora, a empresa enviou funcionários para explorar a região em busca de um local que oferecesse vantagens estratégicas e operacionais, e destaca que Ernest Liebold acreditava que a Amazônia, sendo o habitat natural da seringueira, ofereceria as condições ideais para a produção de látex em larga escala. Sobre isso, a autora argumenta,

Para o empreendedor é importante analisar as vantagens competitivas. Quando Ford pediu ao seu secretário que encontrasse o melhor local para plantar seringueira, decerto o empresário quis dizer que era para encontrar um lugar que proporcionasse oportunidades na América Latina para dar início ao seu empreendimento. (Freitas, 2017, p. 255).

Durante esse processo de escolha, a empresa foi beneficiada por incentivos e vantagens fiscais concedidos pelo governo do Pará, que estava interessado em atrair o investimento estrangeiro para a região. Esses incentivos foram fundamentais para tornar o empreendimento mais viável, reduzindo custos e oferecendo condições favoráveis para a instalação do projeto.

Com isso, a companhia Ford, a partir de 1927, inicia suas atividades instalando, em meio à Selva Amazônica, uma cidade-empresa que veio a se chamar Fordlândia. Esse ambicioso projeto foi amplamente divulgado no Brasil, causando repercussões tanto positivas quanto negativas. Nessa

primeira perspectiva, via-se como positiva a presença norte-americana na Amazônia, pois a figura de Henry Ford estava associada ao homem mais rico do mundo e de recursos financeiros quase que ilimitados, que poderia levar o progresso para a região. Já na segunda perspectiva, temia-se perder a soberania brasileira sobre a região amazônica. Essa dualidade de visão foi o motivo de debates principalmente em meio à imprensa brasileira. (Damasceno Neto, 2019, p.131).

Juntamente com às intenções dos norte-americanos na exploração da borracha na Amazônia, estava o interesse do governo brasileiro de captação de recursos estrangeiros. José Carlos Matos Pereira (2013) explica que o governo do Pará, seguindo orientações do governo federal, apoiou a criação da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB) e concedeu à Ford um milhão de hectares na região do rio Tapajós, nos municípios de Aveiro e Itaituba, e, depois, em Santarém, na região que se formou Belterra. O autor expõe que o contrato dava à Ford amplos direitos, como plantação de seringueiras, exploração mineral, navegação nos rios, construção de infraestrutura (estradas, aeroporto, hospitais), além de isenções fiscais e o direito de contratar funcionários nacionais e estrangeiros. Em troca, o governo estadual esperava 7% dos lucros líquidos da empresa após 12 anos de operação, divididos entre o estado e os municípios.

O interesse do capital americano na região do Tapajós no final da década de 1920 se traduz num ato deliberado que envolve questões econômicas e políticas de múltiplas determinações e diversas escalas de articulação entre o capital internacional, governo brasileiro e as oligarquias da Amazônia. (Pereira, 2011, p.3)

Dessa forma, percebemos que a chegada da Empresa Ford à Amazônia só foi possível graças à cooperação entre o governo do Pará e o governo Federal, além do apoio do Ministério das Relações Exteriores, que negociou com os Estados Unidos para atrair o investimento norte americano. Em troca desses investimentos foi formalizado um projeto em que o governo do Pará aprovou a concessão de um milhão de hectares de terras para a Ford ao longo do rio Tapajós. José Carlos Matos Pereira (2011) explica que isso deu à empresa americana a base necessária para desenvolver suas plantações de seringueiras na região.

Pereira (2011) informa que o cenário era favorável para fechar acordo entre o governo brasileiro e a Ford Motor Company, já que as empresas de Ford estavam num cenário propício para investimento internacional, pois havia capital necessário para que isso fosse feito. O autor acrescenta que além disso, a realidade amazônica estava num contexto de decadência econômica, enfrentada após o período de grande riqueza proporcionada pela exploração intensiva do látex durante o primeiro “boom da borracha”¹. Ele destaca que a partir da década

¹ O boom da borracha no Brasil, também chamado de Ciclo da Borracha, foi um período de crescimento econômico impulsionado pela intensa demanda mundial por borracha natural, especialmente entre 1879 e 1912. Durante essa fase, a borracha extraída das seringueiras na Amazônia brasileira tornou-se um dos produtos mais cobiçados no

de 1910 houve uma baixa nas vendas desse produto, o que ocasionou uma queda significativa na renda dos produtores de seringa, assim como nas ofertas de trabalho na região, acarretando em “[...]precariedade das condições de vida dos migrantes, antigos seringueiros e outras categorias de trabalhadores dependentes daquela economia, bem como, a fragilidade política das oligarquias locais no cenário nacional.” (Mahar, 1978 apud Pereira, 2011, p. 4)

Sobre este ponto, Nilda Nazaré Pereira Oliveira (2003) explica que, apesar da grande movimentação econômica do boom da borracha, ele não resultou em um crescimento sustentável para a Amazônia. Ao contrário do Sudeste brasileiro, onde os lucros de outras atividades eram reinvestidos em industrialização, na Amazônia os ganhos foram majoritariamente gastos em itens de luxo e entretenimento para as famílias ricas dos seringalistas. Ela diz que podemos citar como exemplo disso as obras como o Teatro da Paz, em Belém, e o Teatro Amazonas, em Manaus, e a contratação de companhias de ópera e balé para divertimento pessoal, em vez de investimentos produtivos que poderiam fortalecer a economia local. É nesse cenário que a Companhia Ford do Brasil inicia seu projeto na Amazônia.

2.2 Plantações em Belterra: A mudança de planos da Companhia Ford no Brasil

Rodrigues (2011) nos informa que o local escolhido para o primeiro experimento da Ford Motor Company na Amazônia, foi a região conhecida como Boa Vista, posteriormente chamada de Fordlândia, uma área na margem direita do rio Tapajós, entre os municípios de Aveiro e Itaituba. De acordo com Oliveira (2003), Fordlândia logo se tornou uma cidade-empresa com infraestrutura moderna para a época, com escola, hospitais, cinema, e até um porto.

Apesar do investimento inicial e das intenções promissoras, Fordlândia enfrentou problemas desde o começo. Daniela Denize Freitas (2017) diz que a falta de conhecimentos práticos foi fator fundamental para o comprometimento da produtividade e da viabilidade do projeto em Fordlândia. A autora argumenta que

Com conhecimentos empíricos, por meio de tentativas e erros, os idealizadores do projeto presumiram que o experimento que realizaram na Flórida e a partir das observações das plantações na Ásia e África seriam experiências suficientes para colocarem em prática o projeto da produção do látex em larga escala no berço da *Hevea Brasiliensis*, mas estavam enganados.

mercado global, principalmente para atender à crescente indústria de automóveis e às indústrias europeias e norte-americanas que necessitavam de borracha para pneus, cabos elétricos, roupas e muitos outros produtos.

Foram necessários seis anos para perceberem que Fordlândia não saíra como planejado. (Freitas, 2017, p. 262)

Complementando as observações de Freitas (2017), Damasceno Neto (2019) destaca que o solo da região se revelou inadequado para o cultivo em larga escala da seringueira, principalmente devido à sua acidez e à falta de nutrientes essenciais. A topografia irregular também dificultava as operações agrícolas, e a remoção da floresta nativa acelerou a degradação do solo, com a perda significativa de nutrientes indispensáveis ao desenvolvimento das árvores. Além disso, a plantação sofreu intensamente com o ataque do fungo causador do mal-das-folhas, que rapidamente se espalhou, comprometendo seriamente a produção de látex ao destruir grande parte das seringueiras.

Damasceno Neto (2019) argumenta que esses fatores juntamente com a baixa aquisição de mão de obra, foram responsáveis pelo pouco retorno das plantações em Fordlândia. Ele coloca a situação da seguinte forma.

Fordlândia torna-se inviável em 1934, suas plantações estavam seriamente comprometidas com o “mal das folhas”, que causava a morte das árvores, tornando assim a viabilidade das plantações de seringueiras impossível, e ainda se tinha como agravante a falta de contingente para trabalhar nas plantações e nas operações ligadas ao parque industrial da Companhia Ford Industrial do Brasil. (Damasceno Neto, 2019, p.122).

O autor ainda ressalta que o isolamento geográfico de Fordlândia impôs desafios adicionais, dificultando a comunicação, o transporte e o acesso a suprimentos, além de elevar consideravelmente os custos operacionais e logísticos. Corroborando com o que é pontuado por Damasceno Neto (2019), Pereira (2011) afirma que com esses agravantes ficou claro que Fordlândia havia falhado em alcançar a produtividade esperada, nunca exportando látex para a Ford Motor Company.

Em busca de uma solução, Henry Ford consultou botânicos especialistas que recomendaram a transferência das operações para uma área mais plana e menos propensa a infestações fúngicas. Em busca de área mais adequada ao desenvolvimento das seringueiras, a CFIB identificou Belterra, uma região mais próxima de Santarém e com acesso facilitado para transporte e obtenção de mão de obra, com condições de solo mais favoráveis para o cultivo da seringueira. Essa mudança representou uma tentativa de revitalizar o projeto da Ford na Amazônia, embora os desafios da produção de borracha ainda persistissem. Assim, em 1934 a CFIB iniciou uma nova tentativa em Belterra, adotando métodos inovadores visando contornar os erros até então cometidos.

Com o intuito de superar o fracasso experimentado em Fordlândia, quando mudou para Belterra a CFIB realizou a plantação em áreas mais planas, importou um novo tipo de seringueira e usou enxerto nas mudas para torná-

las mais resistentes às pragas. Construiu um porto em águas mais profundas e se localizou mais próxima da cidade de Santarém para facilitar o recrutamento da mão de obra. Permitiu que terceiros pudessem explorar na cidade a oferta de serviços, como bar, sapataria, padaria e barbearia e montou a comissária (pequeno comércio) para ofertar produtos alimentícios mais baratos na cidade. Seus funcionários também poderiam desenvolver, em seus lotes de moradia, atividades ligadas à agricultura e criação de animais de pequeno porte. (Pereira, 2013, p. 135)

Damasceno Neto (2019) relata que ainda que Belterra tenha mostrado mais viabilidade agrícola e produção de látex, o rendimento esteve aquém das expectativas: em 1939, contava-se com 2.400 mil seringueiras, mas a produção média era de apenas 178 kg por hectare, muito abaixo do necessário para atender à demanda da Ford Motor Company.

A dificuldade no cultivo da *Hevea brasiliensis* em seu habitat natural não era algo esperado, pois acreditava-se que não seria necessário nenhum tipo de aclimação ou mesmo adaptação das plantas já que estavam local nativo. Porém, a remoção da floresta nativa acabou contribuindo para o desgaste do solo onde foram plantadas as árvores de seringueira. (Damasceno Neto, 2019, p. 121)

Duarte Jr. (2015) complementa destacando que diante dos problemas enfrentados, as operações tornaram-se economicamente inviáveis, principalmente por causa dos altos custos com combate às pragas e manutenção da infraestrutura. O autor destaca que

[...] no início de 1937, havia mais de 700 mil seringueiras plantadas em Belterra, com um viveiro com mais de 5 milhões de mudas. O mal das folhas reapareceu em Belterra e, embora pudesse ser mais bem controlado, dado que o terreno da plantação era plano e facilitava a pulverização (contra fungos e insetos), acabou por elevar os custos e multiplicou dificuldades para os norte-americanos. (Duarte Jr, 2015, p. 8)

Duarte Jr. (2015) ainda acrescenta que a Segunda Guerra Mundial também impactou o projeto, mudando as prioridades da Ford Motor Company nos Estados Unidos e redirecionando o foco financeiro para enfrentar a competição no mercado automobilístico.

A Ford Motor Company apresentava sérios problemas internos de gestão ao final de Segunda Grande Guerra. Naquele momento, a concorrência havia capturado parte substancial do mercado de automóveis, até então dominado pela empresa nos EUA, o que requereria do novo presidente uma atuação ágil e firme. Implicava, portanto, pouco tempo para Henry Ford II se dedicar aos antigos empreendimentos da empresa na distante Amazônia brasileira. (Duarte Jr, 2015, p. 1-2)

Diante de todo esse contexto, em 1945, sob a presidência de Henry Ford II, neto e herdeiro de Henry Ford, a decisão final foi encerrar a Companhia Ford Industrial do Brasil e vender Fordlândia e Belterra ao governo brasileiro por cerca de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), valor substancialmente inferior ao total investido.

2.3 O sistema de produção fordista na Amazônia e a falta de mão de obra nas plantações de Belterra

De acordo com Ádrea Gizelle Morais Costa Besen (2023), quando a Companhia Ford Industrial do Brasil foi transferida para Belterra, os funcionários que exerciam atividades em Fordlândia foram transferidos juntos com a empresa, já que possuíam experiência com o cultivo da seringueira, o que poderia acelerar e facilitar a execução dos trabalhos. No entanto, o contingente de trabalhadores que acompanhou o projeto não era suficiente, havendo ainda a necessidade de novas contratações de pessoal para as funções em Belterra.

José Carlos Pereira (2013) e Damasceno Neto (2019) destacam que os operários eram recrutados em feiras locais por aliciadores, que priorizavam famílias numerosas. O recrutamento se dava por meio de embarcações “que saia pelos rios Tapajós, Arapiuns, Amazonas e Lago Grande, procurando pessoas nas vilas que quisessem vir trabalhar em Belterra.” (Pereira, 2013, p. 139). Além da busca nos pequenos povoados da região, muitos vinham de outras cidades e regiões do país.

Duarte Jr. (2015) e Damasceno Neto (2019) informam que apesar de todo o esforço e empenho na busca por trabalhadores, o processo de recrutamento enfrentou desafios, especialmente em relação à adaptação dos colaboradores às condições de trabalho e à cultura da empresa, que eram muito diferentes das práticas locais de trabalho a que estavam acostumados, havendo uma grande rotatividade de funcionários nos anos em que o empreendimento esteve ativo na Amazônia.

Damasceno Neto (2019) enfatiza que apesar da oferta de salários que superavam em até 35% os da região, e da promessa de melhores condições de vida, como moradia e benefícios, o problema da falta de mão de obra foi recorrente, mesmo com as tentativas da empresa de contornar a situação.

Uma das estratégias foi oferecer moradia e salários dignos, e alguns benefícios que não eram disponibilizados em nenhum outro lugar da Amazônia. Contudo, mesmo dessa maneira, a falta de contingente foi agravando-se com o passar dos anos, o que pode ser apontado como um dos fatores determinantes para o fracasso do empreendimento de Henry Ford na Amazônia. (Damasceno Neto, 2019, p. 116).

De acordo com Pereira (2013), a Companhia Ford Industrial do Brasil implantou em Belterra um sistema de produção assalariada, em contraste com o modelo tradicional de aviamento, comum na Amazônia no período do "boom da borracha". No sistema de aviamento, as relações entre o seringueiro e o seringalista criavam uma dependência financeira, com os seringueiros frequentemente endividados e sujeitos a um trabalho quase servil. Damasceno Neto (2019) explica como funcionava o sistema de aviamento na Amazônia.

O proprietário (seringalista ou aviador) da área onde eram encontradas as seringueiras era o único autorizado para a compra da borracha do seringueiro (trabalhador rural que coleta a borracha), geralmente a preços muito abaixo do mercado. O seringalista também era responsável pela venda de produtos alimentícios e ferramentas de trabalho, e nas negociações que ocorriam no barracão (armazém do seringalista) era comum o seringueiro contrair dívidas, o que tornava o sistema um mecanismo de exploração dos trabalhadores. (Damasceno Neto, 2019, p. 70)

Segundo Pereira (2011), em Belterra foi adotado uma estrutura de trabalho mais formalizada e disciplinada, com foco em uma hierarquia sociofuncional e na organização do trabalho segundo o modelo fordista, com tarefas bem definidas e baseadas na produção em massa.

Instala-se, então, o sistema fordista de produção, não nos intramuros da fábrica, nem da produção e consumo em massa, mas de um processo que antecede a estes. O trabalho sistemático de oito horas, quase ininterrupto, para plantar e coletar seringa que, de Belterra, deveria ganhar o mercado mundial, especialmente, o da indústria automobilística norte-americana. Dessa forma, Belterra, aparece no cenário urbano, não pelo espraiamento da periferia, como o processo urbano-industrial vivido por várias cidades brasileiras, mas pela urbanização como espaço seletivo da ação do capital com base no apoio estatal [...] (Pereira, 2011, p. 15)

Para José Carlos Matos Pereira (2012) a construção da cidade-empresa, uma estratégia capitalista observada em outros empreendimentos industriais, foi crucial para a adaptação de um modelo de produção capitalista no meio da floresta amazônica, especialmente considerando as condições precárias de infraestrutura na região. De acordo com o autor a ideia de criar uma cidade-empresa tinha como objetivo centralizar as atividades laborais e garantir a reprodução do capital, ao mesmo tempo em que proporcionava aos trabalhadores uma infraestrutura que, embora rudimentar, era mais organizada do que a realidade local. Para muitos migrantes, essa oferta de serviços e moradia era uma vantagem adicional, ainda que o preço fosse a submissão a um regime de trabalho rigoroso e controlado.

Em Belterra, o trabalho era intensamente controlado. Os trabalhadores se submeteram a rígidos horários e normas. Pereira (2013) indica que os trabalhadores eram avaliados quinzenalmente, com a possibilidade de demissão imediata caso não cumprissem as metas estabelecidas. O autor destaca que a adaptação ao sistema de trabalho da Ford foi dificultada pela incompatibilidade entre as práticas da região e as exigências do capitalismo industrial imposto pela empresa. Damasceno Neto (2019) entende que a vida cotidiana na Amazônia, com suas atividades de subsistência e ritmo mais lento, contrastava com a pressão por produção contínua e eficiente do modelo fordista.

O processo de adaptação dos trabalhadores a esse modelo foi marcado por uma série de tensões. A imposição de horários rígidos e a cobrança constante, sem levar em consideração

o tempo de trabalho que os seringueiros locais estavam acostumados, geraram um ambiente de trabalho pouco atraente para muitos. Além disso, os abusos verbais e a discriminação racial contra os trabalhadores brasileiros, conforme apontado por Duarte Jr. (2015), também contribuíram para a insatisfação e a falta de comprometimento com o projeto.

Em comparação com o sistema de aviamento, Damasceno Neto (2019) deduz que o modelo de trabalho de Belterra, embora mais organizado e com salários fixos, se mostrava igualmente explorador, na medida em que ignorava as condições de vida e as expectativas culturais dos trabalhadores. Os seringueiros locais, acostumados a um ritmo de trabalho adaptado ao ambiente da floresta e às condições naturais da Amazônia, não viam sentido em se submeter a jornadas longas e rigorosas por um salário fixo, o que acabou dificultando a fixação da mão de obra.

Impuseram aos brasileiros o mesmo horário de trabalho de Dearborn, com controle de ponto, onde longas filas se formavam, estando os trabalhadores na Amazônia acostumados a começar a trabalhar antes do nascer do sol e terminar após o pôr do sol, com parada para sesta no horário mais quente do dia. Pior, os brasileiros estavam acostumados a trabalhar mais na época da estiagem e menos na época das chuvas intensas, algo que os norte-americanos escolheram ignorar também, seguindo as determinações vindas de Dearborn. (Duarte Jr, 2015, p. 6)

Como apontado por Besen (2023), os trabalhadores locais estavam acostumados a um estilo de vida baseado na subsistência, sem as obrigações diárias e a carga horária rígida que o modelo fordista impunha. Esse choque cultural gerou uma alta rotatividade de mão de obra, o que resultou em uma lentidão no cultivo das novas áreas de seringueiras e um desempenho abaixo do esperado nas plantações.

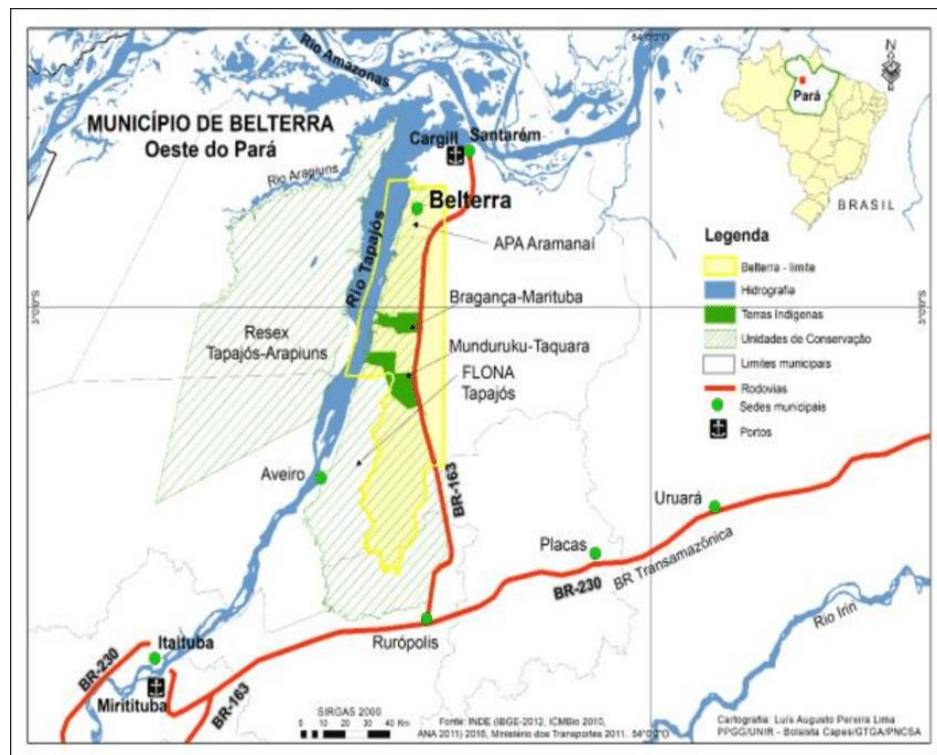
Em síntese, o modelo de contratação e as condições de trabalho em Belterra, embora inicialmente promissores com a promessa de salários superiores e melhores condições de vida, não conseguiram superar as diferenças culturais e as expectativas dos trabalhadores locais. O controle rígido sobre o tempo de trabalho, as exigências incompatíveis com o modo de vida regional e o tratamento desrespeitoso enfrentado por muitos trabalhadores resultaram em um ciclo constante de rotatividade e insatisfação, que prejudicou a viabilidade do projeto de Henry Ford na região amazônica.

3 – AS TRABALHADORAS DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE - PLANTAÇÕES FORD DE BELTERRA

3.1 As Plantações de Belterra sob direção do governo brasileiro

Com a saída definitiva da Ford da Amazônia, todo o patrimônio da Companhia Ford Industrial do Brasil foi transferido ao governo brasileiro. A transferência foi formalizada por meio do Decreto-Lei nº 8.440 de 24 de dezembro de 1945, que instituiu as condições para que o patrimônio da Ford fosse integrado ao domínio da União. Com a integração de Belterra ao controle estatal, o governo brasileiro iniciou uma série de esforços e investimentos visando revitalizar a produção de borracha e diversificar as atividades econômicas da região.

Mapa 1. Mapa da Localização do Município de Belterra.



Fonte: Repórter Brasil,2015.

José Carlos Pereira (2012), relata que em 1946 foi realizada a Conferência Nacional da Borracha, onde foram discutidas medidas para melhorar a produtividade dos seringais e ampliar o financiamento das atividades produtivas na Amazônia. O autor destaca que a conferência buscou soluções como a implementação de políticas alimentares para os trabalhadores e a criação de incentivos para a exploração racional da floresta, além de propostas para aliviar a carga tributária dos seringais. Para Pereira (2012) essas medidas reforçaram o

compromisso governamental com a manutenção de Belterra, não apenas como produtora de borracha, mas como um modelo de desenvolvimento agrícola regional.

De acordo com Pereira (2012), a gestão das plantações de Belterra ficou sob o Ministério da Agricultura, que continuou a exploração da borracha por intermédio do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), encarregado de gerir o seringal de Belterra.

O IAN, criado em 1939, estabeleceu a continuidade nas atividades produtivas na área de Belterra. Segundo Dominichi Miranda de Sá e André Felipe C. da Silva (2019), a visão deste instituto sobre a Amazônia era a de “celeiro do mundo e solução para a fome planetária.” (sá; silva, 2019, p. 4), dessa forma sua criação teve como intenção “solucionar os problemas da economia da borracha na Amazônia, assim como para impulsionar a agricultura na região.” (sá; silva, 2019, p. 7).

Pereira (2012) destaca que o Instituto Agrônômico do Norte ao assumir o empreendimento, iniciou experimentos e diversificou as atividades econômicas da região. O Instituto buscou não apenas manter a produção de látex, mas também implementar novos experimentos com cultivos agrícolas. Além de retomar a produção de borracha, incentivou a criação de bovinos. Assim, o IAN adquiriu uma fazenda na região próxima a Belterra, onde, além do objetivo de criação de bovinos, serviram para construção de canais, os quais

Tinham por finalidade escoar a água do Amazonas para o interior do Lago Grande de Monte Alegre, seguindo processo no qual um furo drenava as águas do rio acarretando a formação de depósitos de sedimentos no lago. Os canais de colmatagem aumentariam a sedimentação do material sólido carregado pelo Amazonas, impedindo que este os transportasse para o mar. Os sedimentos serviriam para ampliar a área de cultivo da fazenda do IAN, sobretudo aquela sobre a qual se pretendia cultivar a juta e manter pastagem para o gado. (Sá; Silva, 2019, p. 17).

Pereira (2012) esclarece que a criação de gado foi implementada tanto para o fornecimento de leite aos moradores, quanto para a venda dos animais em eventos comerciais em Santarém. Sendo então, um empreendimento que visava atender às necessidades dos habitantes locais e fomentar novas fontes de receita.

Sá e Silva (2019) argumentam que essa iniciativa marcava uma tentativa de ampliar as possibilidades produtivas, buscando alternativas que pudessem complementar e, eventualmente, substituir a dependência econômica da borracha. Os autores entendem que as práticas pecuárias inseridas em Belterra eram parte de uma abordagem experimental, que, além da criação de bovinos, incluía testes com outras culturas agrícolas e o cultivo de espécies frutíferas. Essa diversificação representava uma das tentativas do governo de transformar a

região em um polo de produção agrícola integrado, mais resiliente às limitações que levaram ao colapso do projeto original de seringueiras.

Dessa forma, Sá e Silva (2019) entendem que tudo isso reforçava a visão do IAN de que a Amazônia poderia se tornar produtiva a partir de práticas científicas adaptadas à realidade ecológica e social local. Esses autores afirmam que o IAN desempenhou um papel central na reestruturação das atividades em Belterra, realizando pesquisas científicas e incentivando a produção de novas culturas. Dentre as pesquisas estava os estudos de melhoramento genético com seringueiras, com o objetivo de desenvolver clones resistentes ao fungo que causa o mal das folhas², um dos grandes responsáveis pelo fracasso das plantações originais da Ford. Além disso, foram introduzidos experimentos com outras espécies agrícolas e pecuárias.

Apesar dos esforços, a produção de látex continuou em declínio devido à competição com a borracha asiática e ao avanço da borracha sintética, que reduziu a demanda pelo produto natural da Amazônia. Sobre este ponto, Dominichi Sá e André Silva (2019) explicam que no início do século XX, a produção mundial de borracha se deslocou da Amazônia para o sudeste asiático, especialmente para a Malásia. Lá, as condições eram mais favoráveis, pois a seringueira (*Hevea brasiliensis*), embora originária da Amazônia, crescia melhor sem a ameaça de pragas locais, como o fungo *Microcyclus ulei*, responsável pelo mal das folhas. Esse fungo atacava as seringueiras brasileiras e reduzia sua produtividade. No sudeste asiático, livre dessa praga, as seringueiras produziam látex em maior quantidade e com mais eficiência, tornando essa região o novo centro de produção global de borracha.

No final, as tentativas de manter Belterra como um centro de produção de borracha foram insuficientes para contornar as limitações econômicas do projeto. Mesmo com a expansão das atividades para além do látex, as limitações econômicas e os desafios logísticos acabaram por limitar o potencial de crescimento econômico sustentado da região. Com o tempo, a região foi gradativamente se afastando da dependência exclusiva da borracha, tornando-se um centro de pesquisa agrícola importante para a Amazônia. Pereira (2013) pontua que a partir da década de 1980, o governo federal reconheceu a inviabilidade econômica do projeto de seringais, apoiando a emancipação de Belterra e seu desenvolvimento com foco em práticas agrícolas adaptadas às necessidades locais.

² O mal das folhas foi uma doença fúngica que afetava as seringueiras, causada pelo fungo *Microcyclus ulei*. Essa doença devastava as plantações ao provocar a queda prematura das folhas das árvores, comprometendo sua capacidade de produzir látex.

3.2 As trabalhadoras das Plantações Ford de Belterra, nas comunicações de acidente de 1949 do Instituto Agrônômico do Norte

Inicialmente é importante destacar que ao adquirir o patrimônio que pertencia a Companhia Ford Industrial do Brasil, o governo brasileiro se tornou responsável pelos trabalhadores contratados pela empresa. Pois, de acordo com a lei 8.440 de 1945, que oficializou a transferência do acervo que fazia parte do projeto de Henry Ford na Amazônia para a administração da União, esses funcionários eram parte integrante do espólio. No artigo 3º da referida lei está especificado que “A aquisição abrangerá todos os bens que constituem o acervo da Companhia Ford Industrial do Brasil” (Brasil, 1945, p. 1), e o artigo 7º esclarece sobre o destino dos colaboradores contratados.

Art. 7º – Os empregados do acervo vendido e transferido pela Companhia Ford Industrial do Brasil ao Banco de Crédito da Borracha S.A. não serão afetados pela venda e cessão, eis que acompanham dito acervo e passam a ser da responsabilidade do novo empregador. (Brasil, 1945, p. 1).

Sendo o novo empregador o governo federal do Brasil, entendemos que a maioria dos colaboradores do Instituto Agrônômico do Norte, enquanto administrador das Plantações de Belterra, eram os antigos contratados da Companhia Ford. Dessa forma, podemos considerar que as trabalhadoras analisadas podem ter exercido função nas plantações de Belterra, antes mesmo do início das atividades do IAN. Levamos em consideração que o Instituto tenha feito contratação de novos empregados, porém, não obtivemos informações do início do tempo de atividade dessas trabalhadoras em Belterra. Por isso, não é possível esclarecer este ponto. Mas tendo nossas operárias analisadas entre 20 e 36 anos, é possível que estas possam ter feito parte do grupo que foi transferido no período da negociação.

Pereira (2013) afirma que existem relatos de que a administração de Ford aceitava, para as funções nas plantações, mão de obra de trabalhadores muito jovens, até mesmo adolescentes na faixa etária a partir dos 13 anos de idade. Na construção de sua tese de doutorado o autor utilizou de fontes orais para construção de seu trabalho. Durante as entrevistas, uma das entrevistadas deste autor fez a seguinte revelação sobre o trabalho de jovens nas plantações de Belterra.

Eles não queriam velhos pra esse trabalho no campo, porque chovesse ou não [...] tinha que sair de casa aquela hora certa pra chegar na quadra na hora certa! Acho que eu saía de casa umas 5h pra chegar na quadra 6h pro capataz já tomar o nome da pessoa que chegou na hora. 9.682 era a minha chapa. (Inocência, 2001 apud Pereira, 2012, p. 103)

Esse depoimento nos apresenta informações relevantes sobre o controle exercido nos trabalhadores em Belterra. Vemos a pressão que esses sujeitos sofriam para cumprir com

as exigências da Empresa. Pereira (2011) destaca que a presença dos trabalhadores era monitorada por apontadores, que registravam suas atividades por meio de placas de metal usadas pelos funcionários durante o expediente. Além disso, guaritas de segurança espalhadas pela cidade garantiam o controle de acesso, com revistas de pessoas e veículos.

A organização do trabalho era meticulosa, com cada quadra de seringueiras sistematicamente planejada e supervisionada por capatazes, responsáveis por equipes de até 150 pessoas. O dia de trabalho começava cedo, às 6h30min, após o toque de uma sirene, e incluía intervalos rígidos para alimentação. A disciplina era reforçada por regras estritas de conduta, com proibição de bebidas alcoólicas e demissões em casos de desobediência, de acordo com o padrão conhecido como a “lei severa dos americanos”.

Sobre isto, José Carlos Pereira (2012), citando Piquet (1998), esclarece que a cultura do trabalho, a divisão de tarefas e a disciplina se tornaram essenciais para manter a produção, e os controles de produtividade e presença foram ajustados às exigências do capitalismo industrial, com forte vigilância e punições rigorosas para quem desobedecesse às regras.

A administradora das Plantações também estava sujeita a punições, caso não seguisse as regras. E esse era o motivo do Instituto Agrônomo do Norte relatar os acidentes ocorridos durante os trabalhos. O órgão devia seguir o que era imposto na legislação trabalhista da época e, os acidentes de trabalho no período eram regidos pelo Decreto-Lei Nº 7.036, de 10 de novembro de 1944. O artigo 45 do referido decreto, impõe ao empregado a obrigação de comunicação do acidente em até 24 horas ao empregador, que de acordo com o artigo 46, ao ficar ciente do ocorrido, deveria fazer as anotações “no registro de que trata o art. 10 e, dentro de 24 horas, enviará do sucedido comunicação escrita à autoridade judiciária competente.” (Brasil, 1944). Caso não o fizesse, seria notificado pelo Ministério Público e obrigado a arcar com todas as despesas que fossem decididas pelo órgão responsável, além de pagar indenização referente ao acidente, caso fosse decidido em julgamento.

O decreto estipula que o empregador deveria prestar assistência médica, farmacêutica, hospitalar e dentária ao empregado acidentado, além de pagar indenização em casos específicos de acidentes. O trabalhador que ficasse incapacitado temporariamente de trabalhar, receberia durante todo o período de afastamento do trabalho “a uma diária igual a 70 centésimos de sua remuneração diária [...]” (Brasil, 1944).

Entendendo pelo artigo 19 do decreto, que a incapacidade temporária seria a impossibilidade de trabalhar “por um período limitado de tempo, nunca superior a um (1) ano.” (BRASIL, 1944), é possível que nossas analisadas façam parte desse grupo de incapacitados,

pois, nas fichas de acidente consta que elas foram afastadas do serviço após atendimento médico e, o que sofreram pode ser classificado de recuperação rápida, que não excederia o prazo estipulado pela lei. Os relatórios das acidentadas coletados durante pesquisa ao Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas – Santarém/PA – Universidade Federal do Oeste do Pará – CDHBA são descritos da seguinte forma:

- Maria Miranda Rodrigues de 26 anos, sofreu ferimento inciso no grande artelho esquerdo às 10 horas do dia 21 de janeiro de 1949, após três horas de serviço, enquanto fazia serviço de roçagem com terçado que resvalou, ferindo o grande artelho esquerdo³.

- Francisca Pereira Silva de 20 anos, sofreu ferimento puntiforme no pé direito às 9 horas do dia 4 de fevereiro de 1949, após duas horas de serviço, enquanto executava o corte de seringa estrepou o pé direito em um toco de pau⁴.

- Maria Pinheiro de Souza de 26 anos, sofreu ferimento nos dedos indicador e médio da mão direita às 10 horas e 30 minutos do dia 18 de fevereiro de 1949, após três horas e meia de serviço, enquanto fazia serviço de limpeza, carregando terra em um carro, escorregando e ferindo os dedos da mão direita⁵

- Rosalina Martins Ferreira de 36 anos, sofreu ferimento inciso no polegar esquerdo às 9 horas do dia 19 de fevereiro de 1949, após duas horas de serviço, enquanto colhia leite de seringa, limpava umas bicas o qual feriu com a mesma o polegar esquerdo⁶.

Todas as trabalhadoras têm descrito suas profissões como trabalhador Rural. Porém, ao analisarmos os serviços executados por elas, vemos as diferentes funções a que eram destinadas. Funções estas que se equiparavam as executadas pelos homens, como é mostrado na comunicação de acidente de Laurindo de Almeida, que sofreu ferimento com terçado no dedo polegar esquerdo, no dia 28 de dezembro de 1948, enquanto fazia serviço de roçagem. O serviço executado por Laurindo de Almeida é o mesmo feito por Maria Miranda Rodrigues, que se acidentou em 21 de janeiro de 1949.

A partir dessas informações podemos entender que o trabalho feminino nessas plantações não era secundário, mas sim, tão relevante e de igual importância quanto o trabalho masculino, para o bom desempenho do projeto em Belterra. Como é exemplificado por Agda Lima Brito (2016) as mulheres, desde cedo, cumpriam um papel essencial nos seringais, onde participavam ativamente das atividades relacionadas à subsistência e à produção. Apesar de seu trabalho ser desvalorizado e rotulado como "menor" ou "trabalho de mulher", ele ia além de um papel complementar, ele era fundamental para a sobrevivência das famílias e para a economia local.

³ Maria Miranda Rodrigues - funcionária da Companhia Ford.

⁴ Francisca Pereira Silva - funcionária da Companhia Ford.

⁵ Maria Pinheiro de Souza - funcionária da Companhia Ford.

⁶ Rosalina Martins Ferreira - funcionária da Companhia Ford.

A autora, destaca ainda, que essas mulheres, além de trabalharem nas tarefas domésticas, contribuíam para a colheita e o manejo da borracha, enquanto desenvolviam estratégias de resistência contra a exploração pelos seringalistas (donos das terras). Essa resistência era tanto prática quanto simbólica, pois, ao participarem da economia e da gestão do cotidiano, elas desafiavam os papéis subordinados impostos pela sociedade da época. Assim, o trabalho feminino nos seringais não apenas assegurava a subsistência familiar, mas também representava uma forma de contestar e enfrentar as estruturas de poder existentes.

A desvalorização do trabalho da mulher pode ser percebida pela remuneração que recebiam, que é muito discrepante a do homem. Tomando como referência de comparação os salários pagos a Laurindo de Almeida e a Maria Miranda Rodrigues, que executavam os mesmos serviços, vemos a grande diferença no valor pago. Laurindo ganhava CR\$18,50 por dia trabalhado, enquanto que Maria Miranda, e todas as outras funcionárias, recebia apenas CR\$8,00 a diária, preço inferior a metade do que o trabalhador do sexo masculino recebia.

Pereira (2013) informa que quando as plantações de Belterra ainda eram administradas pela Companhia Industrial Ford do Brasil, a empresa pagava a seus contatados

9,00 por dia para trabalhadores em geral e Cr\$ 6,00 para trabalhadoras. [...]Para os seringueiros, em Fordlândia, pagava Cr\$ 11,00 por dia e, em Belterra, CR\$ 10,00 para seringueiros enxertadores. (Pereira, 2013, p. 134).

Como podemos analisar no quadro abaixo 1.

Quadro 1: Quantidade de mulheres acidentadas na companhia Ford;

ANO: 1947
01
ANO: 1948
04
ANO: 1949
09

Fonte: Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas – Santarém/PA – Universidade Federal do Oeste do Pará – CDHBA⁷

A partir dessas informações, vemos que a discrepância de remuneração entre homens e mulheres já ocorria antes mesmo da administração do Instituto Agrônômico do Norte. Percebemos um aumento no valor pago pela diária, mas ainda assim, o que se destinou as

⁷ Autos de Homologação de Acordos na Companhia Ford (Instituto Agrônômico do Norte) analisados no Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas – Santarém/PA – Universidade Federal do Oeste do Pará – CDHBA.

trabalhadoras foi irrisório se comparado ao oferecido aos homens. Outro ponto que chama atenção é na função que as mulheres eram relacionadas. Na citação de Pereira (2013) as mulheres não estão inclusas a nenhuma função específica, sendo classificadas apenas como trabalhadoras, assim receberiam o mesmo valor, independente do trabalho que executassem.

Isso fica claro quando identificamos que Francisca Pereira Silva e Rosalina Martins Ferreira trabalhavam diretamente com as seringueiras, o que as colocaria no grupo dos seringueiros descritos por Pereira, que recebiam o valor mais elevado que as outras funções braçais. No entanto, mesmo em período posterior ao descrito pelo autor, as mulheres que executavam esse tipo de serviço não eram reconhecidas como tais, recebendo o mesmo valor por diária das demais analisadas que realizavam serviços distintos.

Diante de tudo que foi apresentado, concordamos com Agda Lima Brito (2022) quando pontua que o trabalho das mulheres neste contexto, ainda que fosse de suma importância, era desqualificado, simplesmente por ser executado pelo sexo feminino, sendo assim considerado trabalho complementar e não essencial.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a busca por bibliografia que nos dessem suporte para a construção das narrativas, tivemos dificuldades em encontrar trabalhos que se dedicaram a pesquisar a vida dessas mulheres em relação a este ambiente considerado masculino, as plantações de seringueiras. A falta de interesse pode se dá tanto pela pouca quantidade de fontes que apresentem informações sobre esses sujeitos, quanto pelo pouco conhecimento da presença tão importante delas nesses lugares.

A falta de informações nas fontes, sobre as mulheres que trabalhavam nas plantações de Belterra, dificulta a construção de uma análise mais detalhada sobre o perfil dessas trabalhadoras. No entanto, os poucos documentos que tivemos acesso nos permitiu verificar a presença delas executando diversas funções no contexto abordado, mas sem a mesma valorização que o trabalho masculino tinha.

Essas mulheres trabalharam na limpeza e cuidados das plantações, como também no corte da seringueira e na extração do látex. Dessa forma, pontuamos que a participação das trabalhadoras das Plantações Ford de Belterra foi de grande importância para o desenvolvimento do projeto implantado na região, já que as funções que desempenhavam eram primordiais para o alcance dos objetivos nesse lugar.

Durante a revisão bibliográfica, chamou-nos a atenção o fato de não haver muitas informações sobre os trabalhos desenvolvidos em Belterra pelo Instituto Agrônômico do Norte, após a restituição do território pelo Brasil. As pesquisas sobre as plantações de Belterra giram em torno do período em que estas eram geridas pela empresa de Henry Ford. Entendemos que o aprofundamento neste período da história de Belterra, pós Companhia Ford, é de grande importância para verificar quais as rupturas e permanências que se deram depois que o governo brasileiro assumiu o empreendimento, que já estava em andamento.

Temos consciência da dificuldade de material historiográfico que existem sobre as informações relacionadas ao nosso objeto de estudo. Porém, neste trabalho não foi possível esclarecer pontos que seriam de grande importância para o entendimento do contexto analisado.

Diante disso, fica evidente a necessidade em realizar pesquisas que aprofundem nas temáticas aqui pontuadas. Assim, sugerimos que as mesmas fontes utilizadas para análise neste trabalho seriam um rico objeto de pesquisa para auxiliar a construção de outros trabalhos que se interessem em buscar informações sobre os trabalhadores das Plantações Ford de Belterra, as relações de trabalho construídas ou, até mesmo, as leis que regiam essas relações no período estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESEN, Ádrea Gizelle Morais Costa. **A materialidade da morte no período Ford (1927-1958):** memória e patrimônio nos cemitérios de Fordlândia e Belterra, Pará, Brasil. 2023. 208 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17458>. Acesso em: 24 de out. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944.** Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7036-10-novembro-1944-389493-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de nov. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.440, de 24 de dezembro de 1945.** Estabelece normas para a aquisição, pelo Banco de Crédito da Borracha S. A., do acervo das concessões de Belterra e Fordlândia, no Estado do Pará, pertencentes à Companhia Ford Industrial do Brasil e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18440.htm#:~:text=DEL8440&text=DECRETO%2DLEI%20No%208.440,Brasil%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 07 de nov. 2024.

BRITO, Agda Lima. **“Eu trabalhei também”:** o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970). 2022. 281 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022. Disponível em: <http://www.bdt.uerj.br/handle/1/19596>. Acesso em: 09 de out. 2024.

BRITO, Agda Lima. **Trabalhadoras no Seringal:** experiência, trabalho, muitas histórias. In: Encontro de História da Anpuh, 17., 2016, Nova Iguaçu. **Anais [...]**. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2016. Disponível em: <https://www.encontro2016.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 09 de out. 2024.

DAMASCENO NETO, Hermes Marques. **Amazônia, borracha e imigração:** o caso Fordlândia (1925 – 1945). 2019. Dissertação (Mestrado) – Curso em História Contemporânea. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/122649>. Acesso em: 02 de nov. 2024.

DUARTE JR, Antonio Marcos. **Fordlândia e Belterra:** As Cidades de Henry Ford na Amazônia. **revista GVcasos**, São Paulo, V. 5, n. 1, jan-jun, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvcasos/article/view/24446>. Acesso em: 24 de out. 2024

FREITAS, Daniela Denize. **Fordlândia:** o empreendedorismo inovador da Ford Motor Company na Amazônia Brasileira. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 244-266, set-dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2017.v17i3.1237>. Acesso em: 02 de nov. 2024.

https://Localizacao-do-municipio-de-Belterra-regiao-do-Baixo-Amazonas_2018_fig1_33426477. Acesso em: 24 de julho. 2025.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. **A Borracha da Amazônia,** os Acordos de Washington e a Política Externa brasileira. In: Simpósio Nacional De História – Anpuh, 22., 2003, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa, 2023. Disponível em:

<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/24-snh22?start=640>. Acesso em: 09 de nov. 2024.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Cidade na Floresta**: Belterra, a Experiência do Plantation de Seringa de Henry Ford na Amazônia. In: Encontro Nacional da ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/912>. Acesso em: 09 de out. 2024.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Cidade na floresta**: Belterra, a experiência da plantation de seringa de Henry Ford na Amazônia brasileira (1934-1945). **Avances del Cesor**, Año X, n° 10, p. 129-150, 2013. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/AvancesdelCESOR/2013/no10/7.pdf>. Acesso em: 09 de out. 2024.

PEREIRA, José Carlos Matos. Os **Modos de vida na cidade**: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira. 2012. 256 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/8336>. Acesso em: 11 de nov. 2024.

RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. Belterra: **Cidade Americana no Coração da Amazônia**. In: Congresso Internacional de Americanística, 32., 2011. **Anais** [...]. Disponível em: https://www.academia.edu/48903496/Belterra_cidade_americana_no_cora%C3%A7%C3%A3o_da_Amaz%C3%B4nia. Acesso em: 09 de nov. 2024.

SÁ, Dominichi Miranda de. SILVA; André Felipe C. da. **Amazônia brasileira, celeiro do mundo**: ciência, agricultura e ecologia no Instituto Agrônômico do Norte nos anos 1940 e 1950. **Revista história**, São Paulo, n°. 178, p. 1–26, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.145623>. Acesso em: 24 de out. 2024.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

ANEXO

Comunicação à autoridade Judiciária Policial competente.

Nos termos do art. 46/47 do Decreto-Lei n. 7.036, de 10-11-44, o empregador Instituto Agronomico do Norte - Plantações Ford de Belterra estabelecido na rua _____ na cidade de Belterra, comunica que no dia 28/12/48 às 10 horas, ou seja, após 3 horas de serviço, campo das Plantações (local do acidente), foi vítima de acidente do trabalho Laurindo Almeida - 7216 (nome), residente na rua _____ na cidade de Belterra de profissão Trabalhador rural, sexo Masculino, idade 33 anos, com salário de Cr\$ 18,50 por dia (dia, hora ou mês), quando em serviço de roçagem o terço do resvalou ferindo o dedo polegar esquerdo (indicar as condições em que se verificou o acidente), sofrendo Ferimento inciso no dedo polegar esquerdo tendo por consequências imediatas seu afastamento do serviço

A ocorrência foi testemunhada pelas seguintes pessoas:
 Nome: Não houve testemunha ocular Residência: _____
 Nome: _____ Residência: _____

A vítima foi entregue aos cuidados médicos de Dr. Aloysio de Andrade Melo e recolhida ao Hospital Ford de Belterra

No caso de doença profissional { A vítima exerceu a mesma profissão nos dois últimos anos para os seguintes empregadores PLANTAÇÕES FORD DE BELTERRA

Local e data Belterra, 28 de Dezembro de 1948 Waldemar (Assinatura do empregador)

Certificamos que nesta data nos foi entregue a comunicação de acidente do trabalho nos termos do art. 46/47 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-44, ocorrido no dia 28/12/48 Laurindo Almeida - 7216 (nome da vítima), empregado da firma I A N - Plantações Ford de Belterra, estabelecida na rua _____

Local e data Santarém,

Carimbo da autoridade Judiciária Policial competente

Almox 286 - 1.500 R 50/50 7/47
 Almox 286 - 1.500 R 50/50 7/47
 Almox 286 - 1.500 R 50/50 7/47